

O processo de independência do Brasil e o Primeiro Reinado (1822-1831)

Resumo

O processo de independência do Brasil

A independência do Brasil ocorreu na conjuntura da **Revolução Liberal do Porto**, deflagrada em Portugal, em 1820. Com as exigências das **Cortes Constituintes de 1820** pelo retorno da Família Real e pela recolonização do Brasil, D. João VI, pressionado, decidiu retornar à Lisboa, mas deixou na capital seu filho, o príncipe herdeiro Pedro de Alcântara.

Assim, durante este período entre 1820 e 1822, as relações entre Brasil e Portugal se estremeceram cada vez mais com os diversos decretos ordenados pelas Cortes portuguesas que limitavam a autonomia das províncias brasileiras, o poder do Príncipe Regente e de seus ministros.

Visto isso, dois grupos políticos se mostravam insatisfeitos com as novas imposições portuguesas e foram fundamentais para a articulação da independência do Brasil, sendo eles: o grupo dos **liberais**, organizados sobretudo no **Partido Brasileiro** (na época não existiam partidos políticos, logo, era apenas um grupo com ideias próximas e formado por brasileiros) e liderados pelo jornalista do Rio de Janeiro Joaquim Gonçalves Ledo e, por outro lado, os **Bonifácios**, liderados por José Bonifácio de Andrada, em São Paulo.



Em 1821, um dos momentos mais sensíveis do processo, as Cortes portuguesas passaram a insistir cada vez mais no retorno do príncipe a Portugal, com a instalação no Brasil uma junta governativa. Nessa conjuntura, políticos, grandes latifundiários e jornalistas que apoiavam a permanência de D. Pedro e estavam insatisfeitos com as ordens portuguesas, passaram a se encontrar no chamado **Clube da Resistência**, organizado pelo mineiro José Joaquim da Rocha, que ajudou a reunir 8 mil assinaturas em um documento entregue a D. Pedro, pedindo sua permanência no Brasil.

Assim, desafiando as Cortes portuguesas e os soldados do general português Jorge Avillez, que estavam no Rio de Janeiro, D. Pedro, no dia 9 de janeiro de 1822, supostamente declarou: "*Como é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação, estou pronto: Diga ao povo que eu vou ficar*". Este ficou conhecido como o **Dia do Fico**, e marcou o processo de independência do Brasil ao contrariar as exigências das Cortes portuguesas.

Apesar de D. Pedro ter logo em seguida nomeado José Bonifácio como Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, mostrando a forte aproximação entre os dois, o futuro imperador, por outro lado, não deixou de ouvir as forças liberais e Joaquim Gonçalves Ledo, que sugeriam a criação de uma **Assembleia Constituinte** e a eleição para os nomes que a comporiam. Assim, D. Pedro, ainda em 1822, além de decretar o **Cumpra-se**, em maio (ordenando que as exigências portuguesas só teriam validade se aprovadas pelo Príncipe Regente), convocou, em junho, as eleições para a **Constituinte**.

Visto isso, nota-se que as medidas decretadas por D. Pedro e a movimentação de seus apoiadores tornavam o Brasil cada vez mais distante de Portugal e com a conquista da autonomia desejada por uma grande parcela da elite agrária, comercial e política brasileira. Ainda nesse contexto, outra grande influência de destaque para a emancipação, que também apoiou D. Pedro na decisão do Dia do Fico, foi sua esposa, Leopoldina de Habsburgo.



A princesa, que se tornara regente durante a viagem de D. Pedro em agosto para a província de São Paulo, recebeu novos decretos portugueses, que suspendiam a Assembleia Constituinte, exigia o retorno imediato de D. Pedro a Portugal e declarava os ministros brasileiros como traidores. Visto isso, D. Leopoldina se reuniu com os ministros e assinou, ainda em 1822, a **Declaração de Independência do Brasil** de Portugal.

A carta foi entregue para D. Pedro no dia 7 de setembro, enquanto ainda estava em São Paulo. Neste momento, o então Príncipe Regente teria tomado conhecimento das novas exigências portuguesas, da declaração elaborada por D. Leopoldina e José Bonifácio e, supostamente, teria organizado seus soldados declarando a emancipação brasileira de Portugal com o famoso grito da independência. Ao retornar à capital, D. Pedro foi coroado no Campo de Santana no dia 12 de outubro de 1822, sendo aclamado **Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil**.

Vale destacar que, apesar da declaração, a independência não foi conquistada de forma tão pacífica, visto que os soldados portugueses se encontravam presentes no Brasil e não aceitaram a emancipação, assim como, focos de resistência em algumas províncias ainda apoiavam as cortes portuguesas. Deste modo, com um exército organizado com mercenários e soldados estrangeiros e com apoio da Inglaterra, os grupos que ainda resistiam nas províncias do Maranhão, Bahia, Pará e Piauí foram rapidamente derrotados.

Por fim, naturalmente, não bastava, no entanto, solucionar os desentendimentos provinciais. Para que o Brasil tivesse condições de estabelecer um Estado autônomo e soberano, era fundamental que outras importantes nações reconhecessem a sua independência. Em 1824, buscando cumprir sua política de aproximação com as outras nações americanas, os Estados Unidos da América reconheceram a independência do Brasil.



Restava, portanto, as negociações diplomáticas entre Brasil e Portugal para que a antiga metrópole reconhecesse, enfim, a independência. Os diálogos foram mediados pela Inglaterra, que apoiou a causa brasileira e ajudou a costurar o **Tratado de Paz, Amizade e Aliança**. Através deste acordo, o Brasil assumiu o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para Portugal (na prática, a dívida lusa com a Inglaterra foi transferida para o Brasil) e, enfim, Portugal reconheceu a emancipação da antiga colônia americana.

O Primeiro Reinado (1822-1831) e a Constituição de 1824

Em 3 de maio de 1823, a Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro I iniciou seus trabalhos, com políticos eleitos de forma indireta e com representantes das tendências liberais (o monarca com um poder simbólico), dos “Bonifácios” (o monarca com poder, mas controlado) e, em menor número, os portugueses absolutistas, reconhecidos como o “partido português”. Assim, apesar dos debates e da influência de D. Pedro I tentar encaminhar a Constituinte para um perfil mais centralizador, o anteprojeto elaborado em 1823, por Andrada Machado e Silva, possuía um perfil muito mais liberal e antiabsolutista, limitando os poderes reais.

O anteprojeto passou a ser chamado de **Constituição da Mandioca**, pois o voto era censitário e condicionado à renda mínima de 150 alqueires de mandioca. Essa resolução excludente, além de marginalizar a população, permitindo apenas a elite rural de participar da política, também apresentava um caráter anticolonialista, pois afastava os portugueses, que se dedicavam majoritariamente ao comércio. Apesar de seu perfil conservador quanto ao voto, em outros pontos, a Constituição de 1823 se apresentou muito mais liberal, pois, além de ser inspirada na Revolução Francesa e nos princípios do iluminismo, ela reduzia o poder do monarca e ampliava o do legislativo, condenando o absolutismo.

Assim, descontente com o anteprojeto constitucional elaborado (por reduzir seus poderes), o recém-coroadado Imperador dissolveu a Assembleia Constituinte, prendendo e perseguindo aqueles que ainda tentassem resistir na noite do dia 12 de novembro, que ficou conhecida como a **Noite da Agonia**. Agora, com maior poder sobre o processo constitucional, D. Pedro I convocou dez conselheiros próximos para a confecção da **Constituição de 1824**, que foi **outorgada**, ou seja, imposta, em 25 de março.

A primeira Constituição da história do Brasil era autoritária e excludente. Além dos três poderes (legislativo, judiciário e executivo), D. Pedro I criou um quarto poder, o **Moderador**, que permitia ao Imperador intervir em todos os outros poderes e em qualquer esfera, dissolvendo a câmara ou anulando decisões do legislativo.

Assim como o anteprojeto anterior, a de 1824 também insistiu no voto censitário, no entanto, agora: somente homens, maiores de vinte e cinco anos, alfabetizados, livres e que pudessem comprovar renda anual acima de 100 mil réis poderiam votar. Para ser candidato a senador ou deputado também era necessária a comprovação de renda (400.000 réis por ano para deputado federal e 800.000 réis para senador). Os cargos de deputados eram temporários e os de Senador e Conselheiros de Estado eram vitalícios. A constituição, além disso, instituía o Catolicismo como religião oficial (tolerava os outros cultos desde que domésticos ou em templos descaracterizados) e o padroado dava direito de o imperador nomear cargos eclesiásticos.

O novo Estado brasileiro que se construía pós-independência, apesar de tentar se afastar das heranças portuguesas e coloniais, não rompia com a estrutura básica desse passado. Portanto, manteve-se a escravidão africana, a monarquia, as desigualdades sociais, o poder das mesmas aristocracias e, naturalmente, a concentração fundiária. Enfim, a independência do Brasil e a formação do Estado Nacional foi um processo composto muito mais pelas continuidades do que por rupturas reais com a antiga estrutura.

Guerras e revoltas no Primeiro Reinado

Em 1824, eclodiu a **Confederação do Equador**, que se expandiu pelas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, profundamente insatisfeitas com as políticas centralizadoras do imperador, com a nomeação de Francisco Paes Barreto como presidente da província de Pernambuco (que já havia eleito seu presidente) e com a Constituição de 1824.

O movimento sofreu influência dos pensamentos iluministas que chegavam da Europa e das próprias revoluções liberais de 1820 que ocorriam no velho continente, logo, os revoltosos brasileiros defendiam a emancipação das províncias do nordeste, a criação de uma Constituição liberal, a abolição da escravidão (por uma parcela do movimento) e a criação de uma república.

Desta forma, a revolta liderada por Frei Caneca e por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, foi composta pela classe média urbana e pelos fazendeiros locais, mas com o desenrolar dos eventos ganhou apoio popular. No entanto, apesar da força e da rápida expansão, logo foi contida por D. Pedro I, sendo seus apoiadores punidos com morte, sobretudo Frei Caneca, o mártir da revolta.

Além dos problemas no Nordeste com a Confederação do Equador, D. Pedro I também foi pressionado na região sul do país, com a **Guerra da Cisplatina**. Entre 1825 e 1828, Brasil e Argentina lutaram pela posse de uma região que gerava conflitos desde o período colonial, entre Espanha e Portugal, que era a chamada Província de Cisplatina.

Apesar da região ter sido inicialmente fundada por colonos portugueses em 1680, como Colônia do Sacramento e conquistada por D. João VI, em 1816, o território, no entanto, era de posse da Espanha desde 1777, logo, os habitantes locais se identificavam muito mais com a cultura espanhola do que com as identidades luso-brasileiras que se construía no Brasil.

Assim, liderados por João Antônio Lavalleja e com apoio da Argentina, um movimento de independência da Cisplatina se iniciou contra o império brasileiro, atraindo as tropas de D. Pedro I para a região e iniciando uma guerra extremamente danosa para o Brasil. Os conflitos cessaram apenas em 1828, com a assinatura de um tratado de paz entre Brasil e Argentina, mediado pela Inglaterra e que garantia a criação e a autonomia da **República Oriental do Uruguai**.

Por fim, o imperador brasileiro assistiu sua primeira derrota militar como chefe de Estado e ampliou ainda mais o desgaste de sua imagem com a população brasileira que, além de criticar seu perfil autoritário e as altas taxas cobradas pela guerra, agora questionava, inclusive, sua liderança.

A crise e a abdicação de D. Pedro I

Tendo em vista o cenário de revolta e guerra destacado, somado ainda a crescente crise econômica, com o declínio da economia açucareira e a falência do Banco do Brasil (1829), a imagem de D. Pedro I se desgastava rapidamente logo nos primeiros anos de império. Se não bastassem os problemas políticos e econômicos, o Imperador ainda precisava lidar com suas questões familiares e pessoais, com a oposição na imprensa e com as constantes críticas pelo seu autoritarismo.

Assim, um dos momentos de maior instabilidade deste período teve início com a morte de D. João VI, em 1826, em Portugal, que abriu uma crise sucessória no país, visto que D. Pedro I, que se considerava o herdeiro direto, mas, decidindo permanecer no Brasil, deixou o trono para sua filha, D. Maria da Glória. A posse da jovem princesa gerou um crescente conflito em Portugal, conhecido como a **Crise de Sucessão ao Trono**, pois o irmão de D. Pedro I, D. Miguel, reivindicava seu direito como sucessor e, a partir de 1828, passou a contar com o apoio das Cortes portuguesas.

Essa crise gerou uma guerra civil em Portugal que afetou diretamente os cofres brasileiros, com gastos para a mobilização de tropas, armas e viagens. Apesar da guerra instalada ter fim apenas em 1834, com a mediação de França e Inglaterra, que apoiaram D. Maria da Glória como rainha, a imagem de D. Pedro I, no Brasil, voltou a se desgastar pela crise gerada.

Para tornar as coisas ainda mais delicadas, nesta mesma época, os conflitos entre D. Pedro I e a imprensa não cessavam, e, em novembro de 1830, ganharam um capítulo a parte quando o jornalista Libero Badaró, um dos maiores críticos do monarca e grande defensor da liberdade, foi assassinado, gerando desconfiças em relação a D. Pedro I.

A morte de Badaró e a recente aproximação do imperador ao chamado "Partido Português" tornou o clima de uma viagem de D. Pedro I à província de Minas Gerais ainda mais tenso, sendo recebido com frieza. No retorno da viagem, o imperador foi recebido por seus partidários portugueses com uma festa no Palácio, no entanto, os brasileiros insatisfeitos, iniciaram protestos violentos e chegaram a arremessar garrafas contra D. Pedro I, no evento que ficou conhecido como a **"Noite da Garrafadas"**, o estopim da crise política do império.

Enfim, antes de abdicar, D. Pedro I ainda tentaria realizar manobras para fortalecer seu poder, formando um ministério liberal, mas que logo foi dissolvido para dar lugar a nomes de tendências absolutistas. As manobras não foram bem aceitas, a população foi para as ruas, militares passaram a pressionar o imperador e, no dia 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou o trono brasileiro, partindo para a Europa e deixando o império brasileiro para seu filho, Pedro de Alcântara, com apenas 5 anos.



Exercícios

1. (ENEM 2019) Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarróu os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia

- a) a rigidez hierárquica da estrutura social
 - b) inserção feminina nos ofícios militares
 - c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
 - d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
 - e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.
2. (ENEM 2014) A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F A JALENCASTRO, LE (Org) História da vida privada no Brasil 'to Paule: Cia. das Letras, 1997,

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- a) O incentivado o clamor popular por liberdade.
- b) O enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- c) O motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- d) O obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- e) provocado os movimentos separatistas das províncias

3. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais Poderes Políticos.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 18 abr. 2015 (adaptado).

Com base na leitura do Art.98 e em seus conhecimentos sobre o sistema político brasileiro ao longo do Primeiro Reinado (1822 – 1831), pode – se afirmar que:

- a) a primeira Constituição do Brasil foi promulgada por Rui Barbosa e estabelecia o voto universal e a formação de três poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo –, ficando os dois últimos sob o controle do Imperador.
- b) a primeira Constituição do Brasil foi criada por D. João VI e afirmava o seu prestígio político com base no poder moderador e judiciário.
- c) a primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I e estabelecia o voto censitário e a formação de quatro poderes – Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador –, ficando os dois últimos sob o controle do Imperador.
- d) a primeira Constituição do Brasil, estabelecida em 25 de março de 1824, instituiu um regime democrático e republicano, sendo que a religião católica também passou a ser oficializada no país.
- e) a primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824, não garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembleia Legislativa, controlar as Forças Armadas e nomear os presidentes das províncias ao longo do Primeiro Reinado.

4. (ENEM 2011) “No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.”

MAXWELL. K. *Condicionalismos da Independência do Brasil*. in: SILVA, M.N. (coord.) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou a novas posturas diante das reivindicaram ativamente do processo, no intuito de

- a) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- b) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- c) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- d) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- e) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

5. Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:
- pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros.
 - porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da independência dos Estados Unidos.
 - como consequência do processo político desencadeado pela instalação da corte portuguesa na colônia.
 - pelo fascínio que a pompa e o luxo da corte monárquica exerciam sobre os colonos.
 - em oposição ao regime republicano português implantado pelas cortes.

6. (ENEM 2012) Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os “brasileiros” apagavam as fogueiras “portuguesas” e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela

- estímulos ao racismo.
 - apoio ao xenofobismo.
 - críticas ao federalismo.
 - repúdio ao republicanismo.
 - questionamentos ao autoritarismo.
7. (ENEM 2011) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:
- Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.
 - IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.
 - V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político.

8. (ENEM 2007) Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. (...) E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infra-estrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional* In: J. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país

- a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
 - b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
 - c) se tomou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
 - d) se tomou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infra-estrutura de serviços urbanos.
 - e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.
9. (ENEM 2009) A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares, que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas ideias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta pressão organizada pelo governo imperial.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996 (adaptado),

Com base no texto, é possível concluir que a composição da Confederação do Equador envolveu, a princípio,

- a) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado.
- b) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.
- c) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tencionava subjugar o Rio de Janeiro.
- d) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.
- e) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

- 10.** Teve razão Otoni ao afirmar que o 7 de abril fora uma 'jornada dos logrados'. Sim, logrado foi o povo, são as massas vendo que tinham lutado para os outros, constatando que as reformas porque aspiravam continuavam no mesmo lugar: esquecidas depois da vitória como antes dela.

Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*

Devemos relacionar o texto com:

- a) A Inconfidência Mineira.
- b) A Independência do Brasil.
- c) A Abdicação de D. Pedro I.
- d) A Proclamação da República.
- e) A Revolução de 1930.

Gabarito

1. **A**
O trecho revela a rigidez das instituições e relações na colônia, uma vez que para participar da luta armada Maria Quitéria teve que se vestir de homem.
2. **B**
Com a chegada da Família Real ao Brasil e a abertura dos portos as nações amigas, vulgo Inglaterra, ocorreu a quebra do pacto colonial. O que para muitos historiadores foi o início do processo de independência do país, uma vez que a principal característica da colonização havia sido quebrada: monopólio comercial.
3. **C**
A Constituição de 1824 implementada por D. Pedro I é a primeira constituição do recém-formado Brasil. Instituiu o voto censitário, o que na prática tornou o voto inacessível para a maior parte da população. Apesar de apresentar as divisões dos poderes (legislativo, executivo, judiciário, moderador), o Poder Moderador vai ser motivação de grande insatisfação, já que justificava os arbítrios de D. Pedro I.
4. **D**
A elite brasileira, essencialmente agrária, vai participar ativamente do processo de independência para que ela não tomasse um caráter popular e revolucionário abolindo os privilégios estabelecidos por eles durante o período colonial.
5. **C**
A escolha pela monarquia deveu-se primeiramente ao príncipe regente ter declarado a independência, como outros fatores a elite dominante do Sudeste desejava manter a ordem escravocrata, centralizadora e unitária.
6. **E**
A noite das garrafadas representou um embate entre os apoiadores e os críticos de D. Pedro I, esses últimos criticavam, principalmente, o seu autoritarismo.
7. **D**
Garantir que o poder continuasse nas mãos da elite brasileira: os grandes proprietários e os comerciantes.
8. **C**
Após a independência o Brasil se manteve um país essencialmente agrário, dependendo da Europa para a importação de produtos industrializados.
9. **B**
A insatisfação com a falta de autonomia provincial assim como com o autoritarismo de D. Pedro I levou a diversas camadas da população a se rebelar contra o imperador.
10. **C**
A abdicação D. Pedro I teria sido, segundo Caio Prado, uma vitória contra o autoritarismo e em favor dos anseios populares. Segundo o autor, além do autoritarismo, a pouca mudança na estrutura colonial causou uma decepção na população que esperava por mudanças mais significativas no pós-independência.